

## A hora é de decidir

A partir das 9h30 do dia 10 de dezembro, milhares de prefeitos, prefeitas, vereadores e demais gestores municipais estarão em Brasília. Convocados pela Confederação Nacional de Municípios (CNM), eles virão em busca da resposta para as reivindicações encaminhadas ao governo e ao Congresso Nacional no dia 12 de novembro.

Querem respostas aos pedidos de mais 2% de FPM, encontro de Contas entre Municípios e Previdência Social, novo projeto do Imposto sobre Serviços (ISS) e a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre os *royalties*.



Mobilização

# Preocupados com o grave quadro, promovem mobilização municipal

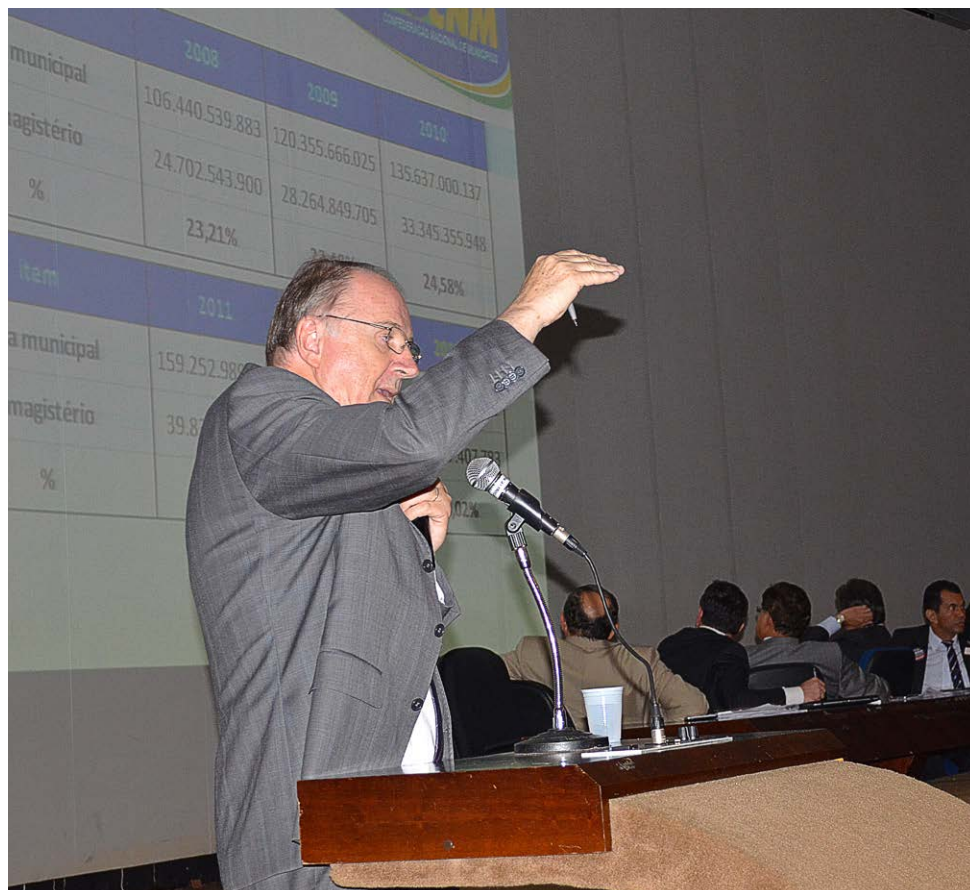
Auditório lotado. Prefeitos preocupados com o grave quadro de crise econômica se reúnem no Congresso Nacional, em mobilização municipalista nacional, em busca de saídas. O diagnóstico é dramático: “a situação não é crítica, é desesperadora”. E, com essa expressão, o presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski, iniciou sua apresentação.

Dados de levantamentos feitos pela Confederação embasaram o discurso feito pelo líder do movimento. E o conselho dele foi para que os prefeitos usem as informações para mostrar aos parlamentares que não é fantasiosa a situação enfrentada pelas administrações municipais em todo o Brasil.

O primeiro tema abordado pelo líder municipalista foi a distribuição dos *royalties* do petróleo. Ele mostrou o histórico da luta liderada pela CNM no Congresso Nacional para que fosse aprovado um projeto de partilha mais justa dos recursos arrecadados com a exploração do bem nacional entre todos os Estados e os Municípios no Brasil.

Segundo Ziulkoski, se o projeto aprovado pelo Congresso estivesse em vigor, os Municípios teriam contado com uma fonte de recursos a mais neste ano. “Só no segundo trimestre de 2013, nós [os Municípios] deixamos de receber R\$ 1,8 bilhão. Esse é um valor que poderia estar nos cofres das prefeituras para que elas não estivessem tão mal”, destacou.

Além da redução do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) ao longo do ano, o presidente da CNM mostrou que a criação de pisos para categorias profissionais também é agente causador do desequilíbrio financeiro dos Municípios. Pelos levantamentos da entidade, de 1995 a 2012, em razão da redução na participação, esta soma R\$ 276 milhões. “Em valores, as perdas hoje somam R\$ 412 bilhões”, disse o presidente da CNM. Isso



se considerar a correção pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Uma estimativa feita por Ziulkoski indica: “se o projeto que aumenta em 2% o FPM estivesse em vigor este ano, os Municípios contariam com R\$ 6,1 bilhões a mais na arrecadação. A previsão do acumulado passaria de R\$ 72 bilhões para R\$ mais de R\$ 78 bilhões”.

O impacto dos pisos salariais, que para Ziulkoski é o mais grave atualmente, também foi parte da apresentação. Em especial, o reflexo do piso do magistério nas finanças municipais a partir de 2009 e o histórico da aprovação à lei que instituiu o piso e o critério de reajuste.

Enquanto o FPM cresce 55,2%, o valor do piso cresce 96,3%, disse baseado em projeções referentes ao período de 2009 a 2014. Pelos cál-

culos da CNM, a partir de janeiro, o aumento dos professores será de 19,2%, o que representa R\$ 9,5 bilhões. “Se nós conseguirmos os 2% do FPM, que dá uns R\$ 6 bilhões e pouco, as correções do ano que vem do FPM não pagam o aumento do piso”, ponderou.

Após a apresentação de Ziulkoski, na parte da tarde, os prefeitos foram orientados pela equipe técnica da Confederação. Entre os destaques estão:

- a importância de acompanhar o debate do novo marco da mineração, em tramitação no Congresso Nacional, na forma do Projeto de Lei (PL) 5.807/2013. Isso para garantir que a fiscalização seja feita pelos Municípios e para aumentar a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (Cfem) de 3% para 6% ao ano;

# ro de crise econômica, prefeitos ipalista no Congresso Nacional



Agência CNM

- o prazo para implantar o novo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCasp) – estabelecido pela Portaria 753/2012 – que termina agora em 2014. Se os gestores não fizerem as adaptações, ficam impedidos de receber as transferências voluntárias da União; e
- o indicativo de que o não reajuste dos repasses para o financiamento dos programas federais da Assistência Social tem motivado o quadro de dificuldades financeiras na área.

## Os prefeitos que participaram da mobilização saíram do evento com a seguinte expectativa:

Se as reivindicações forem atendidas, os gestores entrarão 2014 com a esperança de poder desenvolver a administração com um pouco de tranquilidade. Mas, caso nada ocorra, **os agentes municipais adotarão uma ação mais ofensiva e mais forte**. Eles estarão mobilizados, novamente, em Brasília, no dia 10 de dezembro, para uma avaliação do andamento das reivindicações.

Para o presidente da CNM, o saldo do evento foi positivo. “Sempre que se vem a Brasília, se avança em alguma coisa”, lembra o líder municipalista. Ele relatou aos prefeitos os resultados obtidos.

**Piso do Magistério:** o presidente da Câmara dos Deputados, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), sinalizou que assim que desobstruir a pauta colocará a matéria em votação. O Projeto de Lei (PL) 3.776/2008 propõe a substituição do critério atual de reajuste pelo o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) acumulado do ano anterior.

**Previdência Social:** a ministra das Relações Institucionais da Presidência da República, Ideli Salvatti, garantiu que até dia 10 de dezembro o governo vai dar uma posição sobre o encontro de contas.

**Imposto Sobre Serviços:** o debate está bem encaminhado com

o governo. A principal proposta da CNM é alterar o local de recolhimento nas operações de *leasing* e das atividades das administradoras de cartão de crédito e débito para que seja recolhido no domicílio do tomador de serviço. Também aclarar a base de cálculo das atividades da construção civil.

**Fundo de Participação dos Municípios:** o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), garantiu aos prefeitos que agilizará a tramitação da Proposta de Emenda à Constituição 39/2013, que aumenta em 2% o FPM.

**Royalties:** há uma sinalização de que o Judiciário apreciará, nos próximos dias, a liminar concedida nos autos da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4.917 – que suspende artigos da Lei 12.734/2012. Se não ocorrer, os presidentes da Câmara e do Senado se unirão à CNM para buscar definição por parte do Judiciário.

## Mobilização

# Ziulkoski pede soluções para resolver situação financeira dos Municípios

“A Lei de Responsabilidade Fiscal determina ao gestor público que ao criar uma despesa nova e continuada ele tem de indicar a fonte. E existe uma lei que criminaliza quem transgride a LRF. Todos os prefeitos estão nessa situação. Quem deveria ser penalizado? O prefeito ou quem criou a Lei de uma forma contrária à Lei de Responsabilidade Fiscal?”. O questionamento foi feito pelo presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski, durante Comissão Geral realizada no dia 12 para debater a situação financeira dos Municípios.

Ziulkoski se referia ao piso do magistério e a projetos em tramitação no Congresso Nacional que tratam da criação de pisos salariais para diversas categorias sem, no entanto, indicar a fonte de recursos. Ele destacou que existem 11 projetos terminativos nesse sentido nas duas Casas, o que corresponde a um impacto de R\$ 60 bilhões aos cofres municipais.

Ele também alertou para a urgência em resolver o critério de reajuste do piso nacional do magistério. “Todos nós defendemos um piso. Professores têm de ser bem remunerados. Ninguém é contra”. Ziulkoski destacou, entretanto, que, em janeiro de 2014, caso não seja aprovado um novo critério, haverá o aumento de 19,2% no piso, com um impacto de R\$ 9,5 bilhões, e os gestores municipais não terão condições de arcar. “Não tem como nós pagarmos esse valor. Ou então o governo diga onde está o dinheiro para pagar”, disse.

A entidade defende a aprovação do Projeto de Lei (PL) 3.376/2008, que indica o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) como novo critério de reajuste. A matéria está em tramitação na Câmara dos Deputados.

Na oportunidade, o presidente da Casa, depu-



Agência CNM

tado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), informou que a pauta do Plenário estava trancada em função da votação de projetos, como o Marco Civil da Internet. E se comprometeu a dar prioridade à votação do projeto na Casa. “O primeiro projeto colocado em pauta será esse recurso”, afirmou.

**SUBFINANCIAMENTO DOS PROGRAMAS FEDERAIS** – Em seu discurso, Ziulkoski também alertou que há 393 programas federais. E que 98% desses não foram criados por meio de leis, mas apenas por meio de atos administrativos internos. Para ele, o gestor municipal, ao aderir a esses programas, busca oferecer serviços à população, mas não entende as consequências do subfinanciamento dessas iniciativas para as finanças municipais.

“O governo tem o dinheiro na mão, ele cria o programa e atrai o Município, que não tem dinheiro para o investimento, nem para fazer essas políticas, e o prefeito, querendo fazer para algo para a sua população, acaba assumindo programas que ele não tem condições de sustentar”,

alertou. Como exemplo, ele citou o Programa Saúde na Família (PSF), que custa R\$ 40 mil por equipe, mas apenas R\$ 10 mil são repassados às prefeituras. “Essa conta não fecha”, disse.

**PACTO FEDERATIVO** – Para Ziulkoski, o problema está no pacto federativo no Brasil, questão que, segundo ele, perdura desde a proclamação da República. “O problema maior reside na questão federativa, porque isso é histórico, é ancestral no Brasil. E a nossa situação continua desde aquele período. A concentração fiscal que, na época, era o Rio de Janeiro, agora é Brasília. E tornou-se muito maior a concentração fiscal hoje no governo aqui em Brasília do que era há cem, 120 anos”.

Ziulkoski mostrou que a carga tributária no Brasil em 2012 foi de R\$ 1,5 trilhão. Desse montante, apenas 6,4% referem-se à arrecadação própria dos Municípios. Com as transferências relativas ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM), ao IPI-Exportação, à Lei Kandir, ao ICMS e ao IPVA – esse valor fica em torno de 15%.

Mobilização

# Renan Calheiros recebe municipalistas que pedem a aprovação da PEC 39

O líder da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski, pediu ao presidente do Senado Federal, Renan Calheiros (PMDB-AL), agilidade na apreciação do projeto que aumenta o repasse do Fundo de Participação (FPM). A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 39/2013 e a situação das prefeituras foram temas abordados durante reunião que ocorreu no dia 12, na *Mobilização Permanente*.

Um grupo de prefeitos e de presidentes de entidades estaduais acompanhou Ziulkoski na reunião. Renan Calheiros não pôde comparecer ao Auditório Petrônio Portela, onde os gestores estavam agrupados, mas recebeu a pauta do movimento municipalista no gabinete da presidência.

A situação dos gestores municipais foi exposta por Paulo Ziulkoski. "Editaram-se algumas das postulações que estão aqui no Senado, uma delas é a PEC 39, que aumenta o Fundo de Participação dos Municípios em 2%, para que isso tenha celeridade na votação", contou.

Em relação à crise, o "rombo" nas finanças municipais foi destaque. "Manifestamos não a preocupação, mas a realidade que vivem as prefeituras hoje no Brasil, praticamente inviabilizadas de continuar a gestão. Mostramos o impacto, em janeiro, do piso do magistério e do aumento do salário-mínimo. Só esses vão impactar em quase R\$ 12 bilhões as prefeituras, que não têm dinheiro nem para pagar a folha, sequer".



Agência CNM



Agência CNM

Segundo Ziulkoski, o presidente do Senado Federal não fez nenhuma deliberação ao tema, mas foi cordial em recebê-lo mais uma vez. "O presidente Renan vai encaminhar. Mostrar a realidade junto ao governo federal, ver o que é possível construir ou não. Ele tem sido um aliado nosso na luta em defesa dos Municípios", ponderou.

## Mobilização

# A crise, contada pelos prefeitos

“O governo federal joga uma gota aqui e chega um *tsunami* no Município”. A avaliação é do prefeito de Piracanjuba (GO), Amauri Ribeiro, e resume a crise que há anos preocupa as gestões municipais. As isenções fiscais que diminuem os repasses às prefeituras, o reajuste anual do piso dos professores, a previsão para criação de outros pisos e o subfinanciamento de programas federais agravam esta situação. Os prefeitos voltaram a Brasília para pedir socorro.

Convocados pela Confederação Nacional de Municípios (CNM), aproximadamente mil gestores estiveram no Congresso Nacional, no dia 12 de novembro. A pauta era extensa, segundo o presidente da entidade, Paulo Ziulkoski. Mas a necessidade de um aumento no Fundo de Participação dos Municípios (FPM) foi destaque. Os 2% a mais podem “ajudar as prefeituras a fecharem suas contas”, explica a prefeita de Barra de São Miguel (PB), Luzinete Lopes.

Confira o depoimento de outros prefeitos que vieram a Brasília dar o grito de *SOS Municípios!*:



**Prefeito de Pedro Canário (ES)**  
**ANTÔNIO WILSON FIOROT**

“Os Municípios estão com muitas dificuldades em decorrência da crise do passado. Só que a crise do futuro também está prevista. Você tem vacas magras e mais vacas magras. Mesmo que você tenha toda a situação sob controle, você vai chegar ao final do ano com índices que apontam

as dificuldades. Você tem de ter uma solução para isso. E através do quê, se você tem uma renda que não tem como se movimentar? Então, nós temos de mostrar, no meio dessa luta, a queda de renda dos Municípios. Essa renda precisa ser recompensada de alguma forma para a gente poder finalizar o ano sem estar fora da LRF [Lei de Responsabilidade Fiscal], porque nós estamos administrando de uma forma correta, dentro do perfil da Lei. O diagnóstico é a queda financeira e não o descontrole de gastos, nem nada disso. Se o diagnóstico está bem claro, deve ser tratado. E, como não existe uma possibilidade de resolver em nível local, temos de procurar os outros Entes – os Estados e a Federação. Os prefeitos são aquelas pessoas que estão próximas à realidade. Então, diante de uma reclamação, a solução é cobrada de quem está mais próximo. Por isso, temos de resolver logo.”



**Prefeito de Regente Feijó (SP)**  
**MARCO ROCHA**

“A situação dos Municípios hoje é desesperadora. E nós necessitamos de ter iniciativas para reverter esse quadro, que é dramático. E o Paulo Ziulkoski é a grande liderança, é a nossa referência. Nós estamos aqui hoje alinhando os nossos discursos, os nossos propósitos para iniciar uma marcha que venha a dar conhecimento a toda a nossa Nação das enormes dificuldades que vive o municipalismo. Nós não podemos mais suportar tantas transferências de responsabilidade sem a devida transferência dos recursos. E a gente vê que, com

estratégias, o governo tem alijado o Município da participação de certos tributos, de certos impostos. E isso vai diminuindo a nossa participação no bolo tributário. Então é uma luta que tem de ser estudada, tem de ser pensada e fundamentada. E nós estamos aqui para elaborar essa estratégia de luta para, pelo menos, minimizar essas dificuldades que nós estamos enfrentando.”



**Prefeito de Poroni (PI)**  
**JOSÉ DIAS**

“É importante demonstrarmos as dificuldades que temos encontrado para administrar os Municípios. Hoje, a maioria dos Municípios pequenos, como é o nosso caso – que ainda sofre com o problema da maior seca dos últimos 50 anos – está com um problema financeiro grave na administração. Então, é importante sensibilizarmos os poderes para procurar uma forma de melhorar esses repasses aos Municípios, porque nas condições que nós vivemos hoje não há condições de se administrar, por mais que seja organizado. Não há condições de administrar os Municípios hoje. E aqui a gente vê que esse problema não está só no Piauí, mas também no Rio Grande do Sul, no Mato Grosso, em São Paulo. Em todos os Estados, os Municípios estão com dificuldade e sem perspectiva de melhora. Então, nós queremos demonstrar a nossa insatisfação para ver se consegue alguma maneira para melhorar o repasse. E, se não melhorar, realmente estaremos em uma situação difícil e, com certeza,

os prefeitos vão chegar a renunciar ou ficar com o nome sujo, não por corrupção, mas por falta de recurso financeiro.”



**Prefeito de Rui Barbosa (BA)**  
**JOSÉ BONIFÁCIO**

“A gente tem participado sempre. E só quem está vindo constantemente sabe o que é isso, porque quem sabe o que estamos sofrendo somos nós. E se não for através desse movimento, da CNM, a gente não consegue chegar a lugar nenhum. Então a gente está aqui nessa luta constante, e sou prefeito desde 2009, participando de todas as *marchas* e de todos os movimentos convocados pela CNM. E agora vamos entrar em todas as terças-feiras para pode fortalecer esse movimento. Meu Município possui 32 mil habitantes, de médio porte, mas que realmente tem sofrido bastante com tudo isso que tem sido mostrado aí. E nós não vamos conseguir suportar a partir de janeiro com essas novas aprovações que virão.”



**Prefeito de Frei Miguelinho (PE)**  
**LUÍS SEVERINO DA SILVA**

“Nós estamos levando ao conhecimento dos parlamentares a dificuldade que estamos tendo nos Municípios para que nós possamos manter a folha de pagamento em dia, o piso salarial e as



Fotos: Agência CNM

despesas necessárias. Meu Município, que possui cerca de 15 mil habitantes, vive quase que exclusivamente do FPM. É um Município que não tem rendimento. Então, a dificuldade é enorme. Nós estamos em uma luta para resolver isso.”



**Prefeitura de Montanha (ES)**  
**RICARDO FAVARATO**

“Os Municípios – com algumas exceções, e nós temos de trabalhar em cima da regra – estão vivendo um momento de escassez de recursos. E, hoje, a realidade é a seguinte: nós temos muitas exigências, como a Lei de Responsabilidade Fiscal – que é legítima –, porém, nós não temos garantias de que teremos recursos para arcar com essas responsabilidades, como o pagamento da folha dos funcionários. Então, é uma instabilidade que se gera muito grande, principalmente para os Municípios pequenos, como é o nosso caso, que tem como arrecadação basicamente o FPM. A gente não tem receita própria. Então, qualquer queda, por menor que seja, afeta demais o nosso trabalho. Assim, eu acho que os Municípios, principalmente

aqueles que tiveram queda este ano na sua receita, têm de se mobilizar, porque se trata de saúde, de educação, de investimentos para o povo e é nele que a gente pensa.”



**Prefeito de Pescaria Brava (SC)**  
**ANTÔNIO AVELINO HONORATO FILHO**

“Eu ainda estou em uma situação cômoda, pois sou o primeiro prefeito do Município. Mas entendo que se caminhar da forma que está, os Municípios realmente terão de fechar as portas, porque estão caindo violentamente os repasses do FPM e isso acaba levando a grandes problemas lá na frente. Não é o meu caso, ainda, mas eu tenho visto, junto à Associação do nosso Município – que é a Amurel – a reclamação de todos os prefeitos administrando folha. E nós temos de brigar. Entendo que esses 2% de implemento no FPM não vão resolver o problema. É um paliativo, mas é importante. Acho que tem de mudar o pacto federativo a fim de que a gente possa mudar por inteiro. Para que, daqui a alguns anos, nós não tenhamos problemas como os que estamos enfrentando hoje.”

## Finanças

# Proposta da CNM de alteração na lei do ISS foi tratada com a ministra Ideli

A proposta da Confederação Nacional de Municípios (CNM) de modificação da lei que trata a cobrança do Imposto Sobre Serviços (ISS) representa bilhões a mais na receita das prefeituras. Para tratar de modificações na legislação, o presidente da Confederação, Paulo Ziulkoski, se reuniu com a ministra das Relações Institucionais da Presidência da República, Ideli Salvatti, na terça-feira, 12 de novembro. O encontro foi uma das atividades paralelas da mobilização municipalista.

As normas para o recolhimento do imposto foram estabelecidas pelo Decreto-Lei 406/1968, que criou uma relação de 69 serviços a serem tributados pelos Municípios. Com a Lei Complementar 116/2003, a lista passou a ter 190 itens de serviços. Desde então, não foi mais atualizada. Segundo Ziulkoski, a legislação é muito importante aos Municípios, por isso, deve avançar em questões essenciais para possibilitar a exigência do ISS de atividades que estão tendo benefícios com lacunas da atual lei.

A proposta da CNM foi estruturada a partir dos principais problemas abordados por gestores municipais da área de Finanças. Esses apontamentos foram feitos durante as 45 oficinas técnicas promovidas pela entidade, em diversos Estados, durante o ano de 2012. Logo em seguida, na *XVI Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios*, o governo federal prometeu apoiar o pleito dos Municípios, e alguns encontros já foram realizados para viabilizar a medida.

Assim, os principais pontos da proposta apresentada pela representante dos Municípios são:

- **Obras Construção Civil:** possibilitar a cobrança sobre o valor total da obra, sem a dedução de materiais, clareando, assim, a base de cálculo. Se o dispositivo da lei for considerado dessa forma, os Municípios contarão com uma média de R\$ 5 bilhões a mais por ano. Caso não ocorra a alteração na



Agência CNM

legislação, estimativa da CNM indica que as prefeituras deixarão de receber mais de R\$ 25 bilhões nos próximos quatro anos – 2014/2017.

- **leasing – arrendamento**

**mercantil:** permitir que os valores desta operação fiquem no local do domicílio do tomador do serviço. Isso significa promover justiça fiscal. Pois, pela regra atual, poucos Municípios têm direito à arrecadação do *leasing*.

- **Administradoras de cartão de crédito e**

**débito:** possibilitar o recolhimento onde está o tomador do serviço – lojas, restaurantes, hotéis. Essa proposição contempla, também, justiça fiscal. Se a atividade for recolhida nessa forma, os Municípios podem arrecadar, em média, R\$ 2 bilhões por ano.

- **Base de cálculo:** definir de forma mais



Procon Natal/RN

eficaz a base de cálculo de planos de saúde e arrendamento mercantil – valor total da operação.

- **Inclusão de novas atividades na relação**

**da lei:** como guinchos, guindastes, confecção de lentes oftalmológicas sob encomenda, elaboração de programas de computadores, *tablets*, *smartphones* e congêneres, dentre outras que devem ser incluídas e que são consideradas prestação de serviço.

Finanças

# Reforma do ISS aprovada pela CAE traz poucos avanços para Municípios

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou, no dia 12, o Projeto de Lei do Senado (PLS) 386/2012 – que trata da reforma do Imposto Sobre Serviços (ISS). Para a Confederação Nacional de Municípios (CNM), a matéria traz poucos avanços para os Municípios e não resolve o problema da guerra fiscal. Nesse sentido, a entidade vai apresentar à CAE e à Subcomissão Permanente de Assuntos Municipalistas projeto contendo proposta de modificação na Lei Complementar 116/2003.

Entre os pontos não contemplados no PLS, a Confederação destaca a questão da desoneração relativa à construção civil. O PLS continua permitindo a dedução de todo o material utilizado pelo prestador de serviço. A proposta da Confederação engloba a dedução única do material produzido fora do canteiro de obras. Com isso, a CNM quer garantir



Agência Senado

segurança jurídica na construção civil, na medida em que define o que faz parte da base de cálculo.

Outro ponto destacado pela CNM é em relação às operações de arrendamento mercantil – *leasing*. O projeto não trouxe nenhuma alteração em relação a essa questão. Atualmente, apenas cinco a dez Municípios são beneficiados com a incidência do ISS dessas operações no Brasil. A Confederação reforça a visão de que o ISS incidente deve ser recolhido no domicílio do tomador de serviço e não no domicílio do prestador de serviço. Com essa

mudança, mais de 90% dos Municípios poderão exigir o imposto devido.

O PLS também não traz alterações na cobrança do ISS quanto às atividades das administradoras de cartões de crédito e débito. Para a CNM, determinar o local de recolhimento no domicílio do tomador de serviço possibilitará que praticamente todos os Municípios sejam beneficiados.

Por outro lado, a CNM ressalta os avanços incluídos na proposição, como, por exemplo, a ampliação da lista de serviços sujeitos ao ISS. A atual está em vigor há dez anos sem sofrer nenhuma alteração. Além disso, a entidade concorda com a alíquota mínima de 2% prevista no PLS e comemora a revogação de artigo do Decreto-Lei 406/1968, que trata da sociedade de profissionais beneficiada pela alíquota fixa.

Mobilização

## “Prefeitas na luta” e vestidas com a bandeira do Município

Um grupo de nove mulheres chamou a atenção na *Mobilização Permanente*. Todas elas envolvidas à bandeira do Município que governam, vieram do Rio Grande do Norte, em comitiva. Carinhosamente, autodenominam-se as “prefeitas poderosas” e acompanharam o encontro do início ao fim.

O pagamento dos professores foi o tema abordado pelo grupo. “Não somos contra o piso, contra a valorização da categoria. Mas nós queremos a compensação. O que deve ser debatido é o recurso, pois os repasses atuais são insuficientes. A Lei de Responsabilidade Fiscal também deve ser revista, porque estamos gastando quase toda a folha com o professor”, disseram.

O discurso das gestoras é um só, porque elas se reúnem uma vez a cada mês para trocar experiências e fortalecer a gestão e o papel da mulher. “Prefeitas na luta” é o lema adotado por elas.



Agência CNM

Estiveram presentes na Mobilização a prefeita de São Miguel do Gostoso, Maria de Fátima Tertulino; Riachuelo, Mara Cavalcanti; Serra Caiada, Socorro Anjos; Santana do Matos, Lardjane Ciríaco; Equador, Noeide Sabino; Jardim de Angicos, Suely Fonseca; Ruy Barbosa, Maria Aparecida Cavalcante; São José Campestre, Sione Oliveira; e de Caiçara do Rio do Vento, Conceição Lisboa.

Desenvolvimento Local

# Premiadas boas práticas de agentes de desenvolvimento

Com o trabalho “Implantação do Centro de Empreendedor – Tudo em um Só Lugar”, Altair Aparecido Toniolo, de Lençóis Paulista, conquistou o primeiro lugar no Concurso de Artigos sobre Casos de Sucesso na Atuação dos Agentes de Desenvolvimento. Destinada a reconhecer casos em que o exercício da atividade de agente beneficiou os pequenos negócios locais, a premiação encerrou o *II Encontro Nacional de Agentes de Desenvolvimento*. O evento foi realizado pela Confederação Nacional de Municípios (CNM) e pelo Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequena Empresa (Sebrae), em 29 de outubro, em Foz do Iguaçu (PR).

Em segundo lugar, ficou o trio de agentes de desenvolvimento de Maués (AM): Jackson Luiz Viana Bentes, Manoel Cardoso Netto e Maria Ney Corrêa Marinho. Eles descreveram a experiência “Empreendedor Individual do Segmento do Transporte Escolar Fluvial Usufruindo dos Benefícios da Lei Geral Municipal”. Jackson representou os três autores na cerimônia de premiação.

Em terceiro lugar, ficaram os agentes de desenvolvimento de Coronel



Fabriciano (MG): Giovanna de Almeida Lovaglio, Gilsara Rosa e Wailson Lima, com o artigo “Agentes de Desenvolvimento no Rota dos Sabores: alterando rotinas, integralizando ações”.

O valor dos prêmios foi de R\$ 5.000,00 (1º lugar), R\$ 3.000,00 (2º) e R\$ 1.000,00 (3º). A premiação incluiu certificado e a publicação dos artigos no Portal do Desenvolvimento Local ([www.portaldodesenvolvimento.org.br](http://www.portaldodesenvolvimento.org.br)).

## Casos de Sucesso

### 1º LUGAR: CENTRO DO EMPREENDEDOR

“Em abril de 2011, criamos e implantamos o Centro do Empreendedor concentrando todas as ações de apoio às micro e pequenas empresas em um só lugar, criando a sinergia necessária para que os empresários e os futuros homens e mulheres de negócios pudessem receber toda atenção, desde o início até a consolidação de seu empreendimento.” Altair Aparecido Toniolo, de Lençóis Paulista

### 2º LUGAR: TRANSPORTE ESCOLAR FLUVIAL

“Para amenizar o problema do trabalho informal, trilharam-se os caminhos da cooperação em parceria com uma gestora de escola estadual a qual cedeu uma sala com disponibilidade de internet para as atividades da Sala do Empreendedor, tornando possível a formalização de 183 transportadores escolares a se habilitarem ao processo de licitação em tempo hábil.” Jackson Luiz Viana Bentes, Manoel Cardoso Netto e Maria Ney Corrêa Marinho, de Maués (AM).

### 3º LUGAR: ROTA DOS SABORES

“O projeto é realizado em duas etapas. Na primeira, durante o mês que antecede o evento de encerramento, as pessoas podem degustar a culinária típica dos estabelecimentos e, ainda, contar com apresentações culturais musicais locais, valorizando a regionalização. O encerramento do projeto é aberto ao público, na Praça da Estação, em Coronel Fabriciano, considerado um local de fácil acesso a toda a população.” Giovanna de Almeida Lovaglio, Gilsara Rosa e Wailson Lima, de Coronel Fabriciano (MG).

Congresso Nacional

# Projeto que estabelecia regras para emancipação de Municípios foi **Vetado**

Impedir a expansão expressiva do número de Municípios no País resultará em aumento de despesas com a manutenção de estrutura administrativa e representativa. Com essa justificativa, a presidente da República, Dilma Rousseff, vetou integralmente o texto do projeto de lei que estabelecia as regras para criação, incorporação, fusão, desmembramento e instalação de novos Municípios.

A mensagem à matéria foi publicada em edição extra do Diário Oficial da União (DOU) na noite do dia 13 de novembro. Nela, Dilma disse que decidiu vetar integralmente, por contrariedade ao interesse público.

“Além disso, esse crescimento de despesas não será acompanhado por receitas equivalentes, o que impactará negativamente a sustentabilidade fiscal e a estabilidade macroeconômica. Por fim, haverá maior pulverização na repartição dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM); isso prejudicará principalmente os Municípios menores e com maiores dificuldades financeiras”, explicou Dilma na mensagem.

O projeto, que previa normas para emancipação de Municípios, foi aprovado pelo Senado Federal no final de outubro. Assim que a matéria foi enviada à sanção presidencial, a Confederação Nacional de Municípios (CNM) divulgou uma análise do texto.

Se o projeto fosse sancionado, os pedidos de emancipações só poderiam ser enviados às Assembleias Legislativas se estivessem de acordo com as determinações. Um deles relacionado à quantidade populacional, e só nesse quesito 45,2% dos atuais Municípios não atenderiam à determinação e não poderiam sequer chegar à fase de realização do estudo de viabilidade.



Prof. Primavera do Oeste/MT

Além disso, para a criação e o desmembramento de Municípios, o texto diz que tanto o distrito a ser emancipado quanto o remanescente não podem ter quantidade populacional abaixo da média mínima regional estabelecida. A média seria: no mínimo, 8.789 para o Nordeste; no mínimo, 12.546 para o Sul e Sudeste; e, no mínimo, 6.273 para o Norte e o Centro-Oeste. Caso um dos dois não atendesse ao critério, a criação e o desmembramento seriam inviabilizados.

Se atendesse ao requisito populacional, o distrito seria submetido ao estudo de viabilidade, que propõe a análise em três aspectos: econômico-financeiro, político-administrativo e socioambiental e urbano. Após o estudo de viabilidade, um plebiscito para criação, incorporação, fusão e desmembramento será aplicado na região. Em atendimento à determinação, se o resultado da consulta populacional for negativo à emancipação, novo plebiscito com o mesmo objeto poderá ser feito somente após dez anos.

Com o anúncio de veto integral, a entidade destaca que permanecem inviabilizados a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, uma vez que a Emenda Constitucional 15/1996 exige que lei federal defina qual o período e os critérios de viabilidade.

## Mobilização

# Royalties: CNM renova apelo em mais um documento endereçado à ministra do STF

A divisão dos *royalties* de petróleo de maneira igualitária, como aprovada no Congresso Nacional, ganha muito mais importância no momento de vulnerabilidade financeira dos Municípios. Por isso, centenas de prefeitos assinaram uma moção, durante a *Mobilização Permanente* do dia 12 de novembro. O documento foi protocolado pelo presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski, no gabinete da ministra do Supremo Tribunal Federal (STF), Cármen Lúcia.

Cármen Lúcia é relatora da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4.917, que contesta a Lei 12.734, sancionada no final do ano passado. Durante a entrega da moção, aproximadamente 100 prefeitos e prefeitas se dirigiram do Senado ao Supremo, em sinal de apoio à Confederação. O movimento municipalista pede a imediata apreciação da liminar e posteriormente o julgamento do mérito como medida de inteira justiça.

Em frente ao STF, os gestores posaram para foto e alguns gritavam “*royalties* para todos”. O presidente Ziulkoski e alguns líderes estaduais seguiram para o gabinete da ministra. A assessoria afirmou que, ainda naquela terça-feira, dia 12, Cármen Lúcia receberia a moção em mãos.

No documento, a CNM destaca: “a suspensão de artigos da Lei tem causado expressivo prejuízo aos Municípios brasileiros. O total de *royalties* e *participação especial*, oriundos do mar, decorrentes da produção do segundo trimestre, somou R\$ 6,73 bilhões – sendo apenas R\$ 297 milhões distribuídos a todos os Estados e os Municípios por meio do denominado Fundo Especial. Caso não houvesse a suspensão dos artigos em caráter liminar, o montante distribuído a todos os Entes da Federação, por meio dos critérios dos Fundos Constitucionais, seria de R\$ 2,3 bilhões”.

